

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o **COLÉGIO NOSSA SENHORA APARECIDA**, pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.838/0037-30 com sede à Rua Valerianas, nº 230, Vila Bela, CEP 03201-060, na cidade de São Paulo/SP, neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**; e, de outro lado, **D'LANGE BRAGA RIBEIRO - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.740.440/0001-18, com sede à Rua Bartolomeu Bueno, 188 – Vila Anastácio – São Paulo/SP, neste ato representada por sua administradora, Sra. D'LANGE BRAGA RIBEIRO, inscrita no CRESS/SP sob o nº 384.66, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, sendo CONTRATANTE e CONTRATADA conjuntamente designadas **PARTES**, têm entre si justo e contratado celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO SOCIAL**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

### **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Considerando que a CONTRATANTE é entidade beneficente sem fins econômicos que atua no segmento educacional e necessita de assessoria técnica especializada em matéria de Serviço Social, notadamente em processos relacionados à concessão e manutenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), bem como no suporte técnico especializado em demandas socioassistenciais envolvendo a comunidade escolar;

Considerando que a CONTRATADA é pessoa jurídica regularmente constituída, com estrutura empresarial própria, que atua profissionalmente na prestação de serviços de assessoria técnica em Serviço Social, explorando atividade econômica com habitualidade, autonomia e risco próprio;

Considerando que a CONTRATADA declara expressamente ter ciência de que a prestação dos serviços objeto deste contrato se dará de forma autônoma, sem subordinação jurídica, sem personalidade absoluta, sem exclusividade e sem habitualidade típica de relação de emprego, obrigando-se pelo resultado técnico contratado e não por disponibilidade de tempo;

Considerando que a Sra. D'LANGE BRAGA RIBEIRO, profissional responsável técnica pela CONTRATADA, é assistente social regularmente inscrita no CRESS, submetida à Lei nº 8.662/1993 e ao Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993 e alterações), dos quais decorre a autonomia técnico-profissional que as PARTES reciprocamente reconhecem e resguardam;

As PARTES resolvem celebrar o presente contrato nos seguintes termos:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E NATUREZA JURÍDICA**

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, de serviços técnicos especializados de assessoria em Serviço Social, abrangendo tanto os processos técnico-regulatórios

vinculados à Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e ao sistema de bolsas de estudo, quanto o suporte técnico especializado em demandas socioassistenciais envolvendo a comunidade escolar, nos termos do escopo detalhado na Cláusula Segunda.

**1.2.** O presente contrato é firmado sob o regime de prestação autônoma de serviços técnicos por pessoa jurídica, com fundamento nos arts. 593 a 609 do Código Civil, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (ADPF 324 e RE 958.252/Tema 725 de Repercussão Geral), que reconhece a licitude da contratação de serviços técnicos especializados mediante pessoa jurídica.

**1.3. As PARTES declaram, expressamente, que:**

- (a) inexistente qualquer elemento configurador de relação de emprego entre a CONTRATANTE e a titular, sócios, empregados ou prepostos da CONTRATADA;
- (b) a prestação se dará sem pessoalidade absoluta, podendo a CONTRATADA, sob sua exclusiva responsabilidade técnica, organizar sua equipe como julgar conveniente, observada a exigência de que a responsabilidade técnica final, quando envolver atos privativos de Assistente Social, seja de profissional regularmente inscrito no CRESS;
- (c) não há exigência de exclusividade, sendo expressamente facultado à CONTRATADA prestar serviços a outros clientes durante a vigência deste contrato;
- (d) a CONTRATADA é responsável por sua própria estrutura empresarial e custos operacionais, podendo a CONTRATANTE disponibilizar acesso a documentação, sistemas e canais institucionais estritamente necessários à execução dos serviços, sem que isso configure fornecimento de ferramentas de trabalho em regime empregatício;
- (e) a CONTRATADA assume os riscos econômicos e técnicos inerentes à sua atividade empresarial.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DO ESCOPO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** Os serviços contratados compreendem as seguintes frentes de atuação técnica:

**2.1.1. Frente técnico-regulatória (CEBAS e Bolsas de Estudo):**

- (a) elaboração de pareceres técnicos e relatórios de atividades exigidos pelos órgãos gestores do CEBAS;
- (b) assessoria na estruturação e revisão do processo anual de concessão e renovação de bolsas de estudo;
- (c) análise técnica de processos de bolsa, com conferência documental e emissão de pareceres socioeconômicos individualizados;
- (d) condução de entrevistas socioeconômicas junto às famílias candidatas a bolsas;
- (e) assessoria na elaboração e revisão de editais de bolsas, Termos de Concessão e documentos correlatos;
- (f) assessoria na montagem e instrução dos processos de renovação do CEBAS perante o Ministério da Educação;

- (g) assessoria na finalização das prestações de contas e organização documental para auditorias;
- (h) capacitação técnica pontual de funcionários da CONTRATANTE em matéria de filantropia e processos de bolsas.

#### **2.1.2. Frente de suporte técnico socioassistencial:**

- (a) atendimento técnico especializado a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mediante solicitação da CONTRATANTE;
- (b) elaboração de estudos socioeconômicos e pareceres técnicos em casos que demandem intervenção especializada de Assistente Social;
- (c) subsídio técnico à CONTRATANTE para fins de comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público ou a outros órgãos da rede de proteção, mediante elaboração de parecer técnico fundamentado, observado que a comunicação formal a tais órgãos, nos termos do art. 245 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é dever legal dirigido aos profissionais de estabelecimento de ensino, cabendo à CONTRATADA o suporte técnico e a instrução qualificada dos casos;
- (d) acompanhamento técnico especializado, em caráter pontual e por solicitação, de casos socioassistenciais encaminhados pela coordenação pedagógica, orientação educacional ou direção da CONTRATANTE;
- (e) orientação técnica à equipe pedagógica da CONTRATANTE em matérias vinculadas à proteção integral da criança e do adolescente, à articulação com a rede de proteção e à garantia de direitos;
- (f) elaboração, sob demanda, de encaminhamentos técnicos à rede socioassistencial (CRAS, CREAS, serviços de saúde, assistência social) com subsídio técnico fundamentado;
- (g) atuação preventiva por meio de orientações, estudos e pareceres em situações identificadas pela CONTRATANTE como de risco ou vulnerabilidade envolvendo alunos e famílias.

**2.2.** A prestação dos serviços descritos nesta cláusula terá por parâmetro a **adequação técnica** e o **resultado especializado**, não se configurando, em qualquer hipótese, como atendimento em posto fixo, tampouco como ocupação de cargo ou função na estrutura organizacional da CONTRATANTE.

**2.3.** Os atos de representação institucional da CONTRATANTE perante terceiros, tais como ofícios formais a órgãos públicos, participação em audiências e manifestações oficiais em nome da instituição, caberão aos representantes legais e funcionários da CONTRATANTE, podendo a CONTRATADA subsidiá-los tecnicamente mediante pareceres escritos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA — DO REGIME DE EXECUÇÃO, AUTONOMIA E LOCAL DE PRESTAÇÃO**

**3.1.** A CONTRATADA executará os serviços com plena autonomia técnica, administrativa e operacional, definindo livremente, respeitados os prazos de entrega pactuados, a metodologia de trabalho, a organização de sua equipe, os dias e horários de execução e, quando cabível, o local de prestação.

**3.2.** Os serviços serão prestados de forma mista, em função da natureza de cada demanda: (i) atividades técnico-documentais e analíticas serão executadas, preferencialmente, em estrutura própria da CONTRATADA; (ii) atividades que exijam presença em instalações da CONTRATANTE, tais como entrevistas socioeconômicas presenciais, reuniões técnicas, atendimentos especializados a famílias, auditorias documentais e capacitações, serão realizadas nas dependências da CONTRATANTE, em periodicidade compatível com o ciclo técnico da prestação, sem caráter de comparecimento fixo obrigatório.

**3.3.** A CONTRATADA não se sujeita a controle de jornada, não havendo horário de entrada ou saída, nem fiscalização de tempo de trabalho pela CONTRATANTE. A eventual periodicidade de atendimento presencial será definida pela conveniência técnica da prestação, podendo ser ajustada pela CONTRATADA mediante prévia comunicação à CONTRATANTE.

**3.4.** A CONTRATANTE não emitirá ordens de serviço de caráter empregatício, não submeterá a CONTRATADA a avaliação de desempenho nos moldes trabalhistas, e não terá poder disciplinar sobre a titular ou profissionais da CONTRATADA. As demandas técnicas serão formalizadas por meio de solicitações escritas ou por canais institucionais de comunicação, cabendo à CONTRATADA organizar, priorizar e executar as entregas segundo sua autonomia profissional.

**3.5.** Fica expressamente resguardada à Assistente Social responsável técnica a autonomia técnico-profissional assegurada pela Lei nº 8.662/1993 e pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, inclusive na emissão de pareceres, laudos e estudos socioeconômicos, não podendo a CONTRATANTE exigir conclusões técnicas que conflitem com a ciência, a ética ou a legislação profissional aplicável.

**3.6.** A CONTRATADA declara não manter exclusividade com a CONTRATANTE, reconhecendo-se como empresa ativa no mercado, livre para contratar e prestar serviços a outros clientes, desde que sem prejuízo das entregas pactuadas neste contrato.

**3.7.** A eventual disponibilização, pela CONTRATANTE, de canais institucionais de comunicação (e-mail, aplicativo de mensagens ou similar) para viabilizar o fluxo técnico-documental da prestação dos serviços não configura fornecimento de ferramenta de trabalho em regime empregatício, tratando-se de instrumento destinado à execução das atividades técnicas objeto deste contrato, cuja titularidade e responsabilidade pelo uso permanecem com a CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUARTA — DAS ENTREGAS E CRONOGRAMA ANUAL**

**4.1.** A CONTRATADA obriga-se a cumprir, ao longo de cada ano civil, o seguinte conjunto mínimo de entregas técnicas:

- (a) 2º trimestre: elaboração e/ou revisão do Edital Anual de Bolsas de Estudo, com entrega até 15 de julho;
- (b) 3º trimestre: assessoria técnica durante o ciclo de inscrição e análise de bolsas, com entrega de relatório técnico consolidado até 30 de setembro;

- (c) 4º trimestre: análise técnica dos processos de bolsa do ano subsequente, com emissão de pareceres socioeconômicos individualizados, entregues até 20 de dezembro;
- (d) 1º trimestre do ano seguinte: assessoria na emissão e coleta dos Termos de Concessão de Bolsas e organização documental para auditorias, com entrega do dossiê consolidado até 31 de março;
- (e) 2º trimestre do ano seguinte: assessoria na finalização das prestações de contas, com entrega do relatório técnico final até 31 de maio;
- (f) ao longo do ano: emissão de pareceres técnicos socioassistenciais avulsos, elaboração de estudos socioeconômicos, subsídio técnico para comunicações a órgãos da rede de proteção e capacitações técnicas, mediante solicitação da CONTRATANTE, com prazo de entrega a ser pactuado caso a caso conforme a urgência e a complexidade da demanda.

**4.2.** As entregas técnicas serão formalizadas por escrito, com protocolo de recebimento pela CONTRATANTE, servindo como documentação comprobatória da efetiva prestação dos serviços.

## **CLÁUSULA QUINTA — DA REMUNERAÇÃO**

**5.1.** Pelos serviços contratados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a remuneração mensal de **R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)**, paga até o dia 10 de cada mês subsequente ao de referência, mediante apresentação de Nota Fiscal de Serviços pela CONTRATADA.

**5.2.** A remuneração contempla a integralidade dos serviços descritos na Cláusula Segunda e as entregas pactuadas na Cláusula Quarta, constituindo contraprestação pelo conjunto das atividades técnicas especializadas desenvolvidas pela CONTRATADA no período, não havendo remuneração adicional por presença, tempo de atendimento, volume de atendimentos ou qualquer outro parâmetro vinculado a disponibilidade.

**5.3.** A emissão de Nota Fiscal de Serviços é condição indispensável para o pagamento, devendo a CONTRATADA manter sua regularidade fiscal, previdenciária e profissional (CNPJ ativo, certidões negativas, inscrição no CRESS da responsável técnica) ao longo de toda a vigência contratual.

**5.4.** O reajuste da remuneração será negociado entre as PARTES a cada 12 (doze) meses de vigência, tendo como referência a variação do IPCA/IBGE acumulada no período, sem que isso constitua direito automático, mas condição de negociação de boa-fé.

## **CLÁUSULA SEXTA — DAS DESPESAS E REEMBOLSOS**

**6.1.** Todas as despesas relativas à estrutura da CONTRATADA, incluindo, mas não limitadas a equipamentos, softwares, materiais de escritório próprio, telefonia, internet e deslocamentos urbanos rotineiros, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, sem direito a reembolso.

**6.2.** Excepcionalmente, despesas de deslocamento intermunicipal, hospedagem e alimentação decorrentes de eventos, treinamentos ou reuniões externas solicitadas formalmente pela CONTRATANTE serão reembolsadas mediante apresentação de comprovantes, observado prévio acordo escrito entre as PARTES.

## **CLÁUSULA SÉTIMA — DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

**7.1.** O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por iguais períodos mediante manifestação escrita das PARTES, não se presumindo a prorrogação automática.

**7.2.** O contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por qualquer das PARTES, mediante notificação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba qualquer indenização, multa ou verba compensatória à parte notificada, desde que observadas as entregas já iniciadas e os pagamentos proporcionais devidos até a data da efetiva rescisão.

**7.3.** A rescisão por justa causa poderá se dar, de imediato e sem aviso prévio, nas seguintes hipóteses:

- (a) descumprimento reiterado de entregas pactuadas;
- (b) violação de sigilo profissional ou de confidencialidade;
- (c) perda da regularidade fiscal, previdenciária ou profissional por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- (d) atos ou omissões que comprometam a Certificação CEBAS da CONTRATANTE;
- (e) descumprimento do Código de Ética Profissional do Assistente Social;
- (f) prática, pela CONTRATADA ou seus prepostos, de ato que exponha a CONTRATANTE a dano reputacional ou regulatório.

## **CLÁUSULA OITAVA — DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

**8.1.** As PARTES declaram, de forma expressa, inequívoca e consciente, que o presente contrato é de natureza estritamente civil, regido pelos artigos 593 a 609 do Código Civil, inexistindo, entre a CONTRATANTE e a titular, sócios, empregados, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, qualquer relação de emprego, subordinação jurídica, pessoalidade absoluta, habitualidade trabalhista, onerosidade salarial ou exclusividade.

**8.2.** A CONTRATADA declara que:

- (a) é empresária legalmente constituída, com atividade econômica própria e riscos próprios;
- (b) atua ou poderá atuar com outros clientes, organizando sua atividade empresarial de forma autônoma no mercado;
- (c) a opção pelo regime de pessoa jurídica é livre, consciente e feita no exercício de sua autonomia empresarial, nos termos reconhecidos pelo STF nas decisões proferidas na ADPF 324 e no RE 958.252 (Tema 725);

(d) não está subordinada juridicamente à CONTRATANTE, preservando sua autonomia técnico-profissional e empresarial em todos os atos contratuais.

**8.3.** A CONTRATADA isenta a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade por recolhimentos previdenciários, tributários ou trabalhistas relativos à sua atividade ou à de seus colaboradores, sendo de sua exclusiva responsabilidade o cumprimento de todas as obrigações legais inerentes à condição de pessoa jurídica.

**8.4.** A CONTRATADA obriga-se a, sempre que requisitada, apresentar à CONTRATANTE a documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, tributária, previdenciária e profissional, bem como os comprovantes de recolhimento de seus tributos e encargos.

## **CLÁUSULA NONA — DA CONFIDENCIALIDADE, DO SIGILO PROFISSIONAL E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**9.1.** A CONTRATADA obriga-se a manter absoluto sigilo sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução dos serviços, não podendo divulgá-los, cedê-los, doá-los, repassá-los, vendê-los, reproduzi-los ou transferi-los a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, ainda que após o término deste contrato, salvo mediante autorização expressa e escrita da CONTRATANTE.

**9.2.** A obrigação de sigilo contratual prevista no item 9.1 é harmonizada com o sigilo profissional a que está submetida a Assistente Social responsável técnica, nos termos dos arts. 15 a 18 do Código de Ética Profissional, prevalecendo, em caso de conflito, o regime ético-profissional sobre a cláusula contratual, conforme expressamente reconhecido pelas PARTES.

**9.3.** A CONTRATADA responderá, civil e criminalmente, por perdas e danos decorrentes de violação de sigilo imputável à CONTRATADA, sua titular, sócios, empregados ou prepostos.

**9.4.** A CONTRATADA obriga-se a observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 — LGPD) no tratamento de dados pessoais de alunos, responsáveis e funcionários aos quais venha a ter acesso, atuando como operadora de dados sob as diretrizes da CONTRATANTE na qualidade de controladora, comprometendo-se a: (i) tratar os dados estritamente para as finalidades deste contrato; (ii) adotar medidas técnicas e administrativas de segurança compatíveis; (iii) não compartilhar dados com terceiros sem autorização; (iv) comunicar imediatamente eventual incidente de segurança; e (v) devolver ou eliminar os dados ao término do contrato, conforme instrução da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA — DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA E REGULATÓRIA**

**10.1.** A CONTRATADA, por meio de sua responsável técnica, responde integralmente pela correção técnica e conformidade legal dos serviços prestados, respondendo por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência de falha técnica, inclusive no tocante à manutenção da Certificação CEBAS, observados os limites da prestação contratada.

**10.2.** A CONTRATADA obriga-se a manter, ao longo da vigência, todas as condições profissionais e documentais para o regular exercício da atividade, cabendo-lhe informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que possa comprometer a regular execução dos serviços.

**10.3.** A CONTRATADA declara ter ciência de que a CONTRATANTE é entidade beneficente, cuja atuação está sujeita a regras específicas de filantropia e à fiscalização de órgãos públicos, comprometendo-se a pautar sua atuação técnica pelos mais elevados padrões de conformidade, zelo e transparência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DOS ENCARGOS LEGAIS**

**11.1.** Todos os tributos, contribuições, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos em razão da atividade da CONTRATADA serão de sua exclusiva responsabilidade, inclusive em relação a seus empregados, sócios e colaboradores, ficando a CONTRATANTE autorizada a solicitar, a qualquer tempo, comprovantes de recolhimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Este contrato substitui integralmente qualquer contrato, acordo ou ajuste anterior firmado entre as PARTES, expressa ou tacitamente, passando a reger a relação entre elas a partir da data de sua assinatura.

**12.2.** Qualquer alteração deste contrato somente terá validade se formalizada por escrito, mediante termo aditivo assinado pelas PARTES.

**12.3.** A tolerância de qualquer das PARTES quanto a eventual descumprimento de obrigação contratual pela outra não implica novação, renúncia ou alteração de suas disposições.

**12.4.** Se qualquer cláusula deste contrato for declarada nula ou inexecutável, as demais permanecerão em plena vigência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DO FORO**

**13.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo/SP para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

São Paulo/SP, 12 de maio de 2026.

---

**COLÉGIO NOSSA SENHORA APARECIDA**  
CONTRATANTE

---

**D'LANGE BRAGA RIBEIRO - ME**  
CONTRATADA

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Nome: Ireneia Koczagin  
RG/CPF: 604.173.909-04

2) \_\_\_\_\_  
Nome: Rosemeire Antonio Bassi  
RG/CPF: 629.366.709-34